

# Moradores lutam para manter grades

RENATO ARAÚJO

Joana Wightman

Os moradores do Cruzeiro pretendem lutar até o fim para manter as grades ao redor dos pilotis de mais de 300 prédios do bairro, considerado como área tombada de Brasília. Ontem, a polêmica sobre a retirada do equipamento ganhou força e mais um aliado. O deputado distrital Leonardo Prudente (DEM) decidiu representar a população e fazer o papel de interlocutor na negociação que envolve o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Por três votos a um, a Segunda Turma do STJ atendeu a pedido do Ministério Público Federal (MPF) para que as cercas sejam removidas. A decisão do órgão, divulgada na terça-feira última, obriga a retirada das grades, mas não estabelece prazo e ainda cabe recurso. Se-

gundo entendimento dos ministros, o gradeamento dos edifícios é uma mutilação ao tombamento da cidade.

"As grades não fazem com que o bairro perca as características do tombamento. Existe uma grande confusão que envolve o cercamento. O tombamento diz respeito à área edificada e às áreas verdes", disse Prudente. Ele garantiu ainda que irá mobilizar esforços para estudar uma forma de manter as grades e acrescentou que já acionou advogados para entrar com um recurso à decisão do STJ.

"Precisamos de mais tempo para estudar uma solução", destaca o administrador do Cruzeiro, João Roberto Castilho, que procurou apoio na Câmara Legislativa. Para ele, a situação requer atenção especial porque envolve a segurança dos moradores. "Queremos marcar reuniões com a comunidade e procurar uma saída para esta si-

tuação que ainda não está encerrada. A comunidade está em pânico porque vê no cercamento uma forma de se proteger da violência", enfatizou.

Segundo ele, a população do bairro se vê ameaçada por pequenos delitos como arrombamentos de carros e furtos, além da constante presença de moradores de rua. "A maioria dos prédios só tem porteiro na parte do dia. À noite, a área fica insegura", aponta Castilho.

## ■ Vândalos

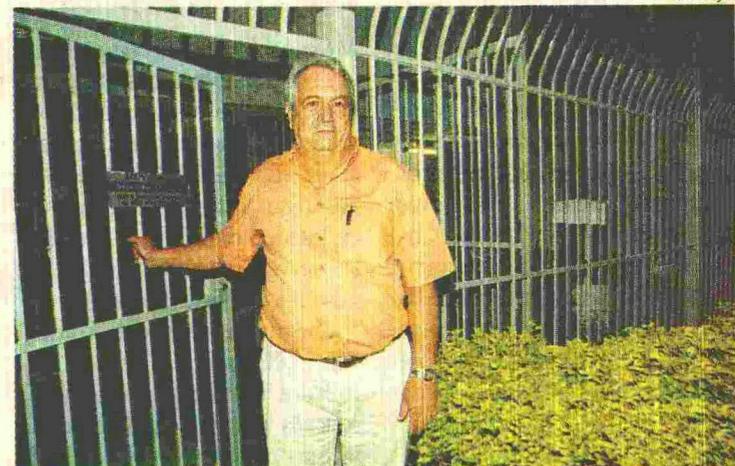
O porteiro do bloco E da quadra 913 do Cruzeiro, José Anastácio, 46 anos, lembra que as grades foram colocadas há 15 anos para inibir, principalmente, a ação de vândalos. "Quando não tinha as grades, grupos de arruaceiros quebravam e roubavam as lâmpadas. Além de roubar bicicletas", relatou Anastácio, que é morador do bairro desde 1987. "Sem as gra-

des qualquer pessoa pode entrar e sair do bloco sem o controle dos moradores", aponta.

O funcionário público José Ferreira de Lima, 65 anos, também defende a permanência das cercas. Ele ressalta que a instalação do equipamento aumenta a tranquilidade dos moradores que podem até deixar os apartamentos abertos. "Antes era comum vermos pessoas sentadas embaixo dos prédios bebendo e fumando maconha", relembra.

Para o presidente do Conselho de Segurança Comunitária (Conseg) do Cruzeiro, Ênio Silva, o policiamento no bairro é bom, mas falta efetivo para atender a demanda de toda a área. "A comunidade conta com as grades porque existem muitas crianças que brincam embaixo dos prédios e precisam de segurança", alerta.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente informou, por meio da



■ ÊNIO RECLAMA DA FALTA DE EFETIVO PARA ATENDER À DEMANDA

assessoria, que ainda não foi comunicada oficialmente sobre a decisão do STJ, mas que se mantém favorável ao pedido do Iphan porque considera que o cercamento fere o projeto urbanístico do bairro. Já o superintendente do Iphan-DF, Alfredo Gastal, não respondeu aos pedidos de entrevista do **Jornal**

**de Brasília.** A Secretaria de Comunicação informou que o GDF apenas cumprirá a decisão judicial e que obedecerá a legislação para a área tombada.